

28 de Maio de 2010

## **ASSEMBLEIA GERAL DO SUCH**

### **APROVA RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2009**

Realizou-se hoje dia 28 de Maio de 2010 no Auditório do Infarmed, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária do SUCH | Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.

A Assembleia Geral aprovou por larga maioria (83,5%) o Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano de 2009, tal como tem acontecido nos últimos 4 anos.

O SUCH realizou um volume de negócios de 100,03 milhões de euros em 2009, reflectindo um crescimento de 12,4 por cento em relação ao ano anterior, acompanhado por um incremento inferior dos custos operacionais de 11,3 por cento. Tal permitiu um resultado operacional positivo de 82.437,38 euros.

Em termos do período Janeiro 2006 – Dezembro 2009, o crescimento do volume de negócios atingiu os 77,4 por cento, enquanto os custos cresceram 70,5 por cento e se criaram 995 novos postos de trabalho durante o mesmo período.

Não obstante a prova de dinamismo e vitalidade expressas nestes resultados de uma associação sem fins lucrativos e de âmbito nacional, exclusivamente dedicada ao sector da saúde há mais de quatro décadas, o SUCH apresenta resultados financeiros negativos em que assumem peso relevante o impacto do investimento realizado no lançamento da plataforma de serviços partilhados em saúde, com integral recurso a financiamento bancário, e um défice crónico de tesouraria do SUCH, resultante do agravamento acentuado da dívida de clientes/associados e que, à data de hoje, se situa na ordem dos 73 milhões de euros.

Este agravamento da dívida de clientes, superior a 55% em 2009, reflecte-se inequivocamente no passivo de 88 milhões de euros. Saliente-se, contudo, o crescimento de 23% do activo bruto que atinge, no mesmo período, o montante de 127 milhões de euros.

No âmbito desta Assembleia, foi também apresentado pelo Conselho de Administração um projecto de alteração dos Estatutos da Associação que, respeitando

**28 de Maio de 2010**

o modelo associativo de auto-satisfação de necessidades comuns dos associados do SUCH, viabilize uma solução que permita ultrapassar os recentes constrangimentos de carácter jurídico colocados pelo Tribunal de Contas.

Um outro assunto apresentado nesta Assembleia foi, no âmbito da execução do disposto no Decreto Lei nº 19/2010 de 22 de Março que cria a SPMS, EPE, que irá operacionalizar a plataforma de serviços partilhados que o SUCH desenvolveu, e que se encontra em processo de transferência para a entidade pública empresarial Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

Como últimos pontos da agenda, foi feito um ponto de situação das medidas de revitalização financeira da Associação aprovadas nas Assembleias Gerais de dia 19 de Maio e de 3 de Julho de 2009, visando a melhoria da liquidez financeira e a redução da excessiva dependência de financiamento bancário – moção de compromisso de pagamento por parte dos associados, venda de imóveis (que representam 12 por cento do seu património total) e a criação de uma Quota Suplementar no âmbito do regime de quotização do SUCH.

Sobre a venda de imóveis foi comunicado que do conjunto dos 3 imóveis apenas foi concretizada a alienação de um imóvel em 2009, estando com contrato promessa de compra e venda um segundo em 2010.

No que concerne à Quota Suplementar, a Assembleia Geral foi informada que a subscrição da quota foi muito baixa em 2009 (2,4% do objectivo) o que implicou não se ter conseguido atingir os objectivos de autonomia financeira projectada.

Em relação às dívidas de clientes, o prazo de recebimento em 2009 agravou-se em mais 70 dias em relação ao ano 2008, o que significou que SUCH teve que financiar os seus associados em média 245 dias (mais de 8 meses), alcançando os 67,4 milhões de euros. Em contraponto, o prazo médio de pagamento em 2009 agravou-se apenas em 8 dias, em relação ao ano de 2008, passando de 128 para 136 dias. Actualmente, os prazos de recebimento atingem os 323 dias, o que significa que mesmo os associados que mantinham uma prática regular de pagamento conforme os prazos acordados, não estão a conseguir corresponder às expectativas que constam no Plano de Actividades e Orçamento de 2010, aprovado pela Assembleia Geral.